

**ENTRE BRASAS, CHOQUES ELÉTRICOS,
SIGILOS E FOME: REMINISCÊNCIAS DA
GUERRILHA DO ARAGUAIA NO MUNICÍPIO
DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA/PARÁ**

MÔNICA DE A. VASCONCELOS*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE
DO PARÁ, MARABÁ, PARÁ, BRASIL
HIRAN DE MOURA POSSAS**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE
DO PARÁ, MARABÁ, PARÁ, BRASIL

RESUMO

O artigo apresenta e analisa reminiscências de violências impostas pela ditadura militar brasileira (1964-1985) na Amazônia oriental, delimitadas ao município de Brejo Grande do Araguaia/Pará. Teórico-metodologicamente, foram realizadas revisões de aportes interdisciplinares, com ênfase nos estudos de memória, Estado brasileiro, dinâmicas socioculturais da Amazônia e de território, além de entrevistas semiestruturadas e dialógicas, sob orientações sobretudo éticas, da História Oral. A pesquisa, sob estímulo das políticas de justa memória, deu visibilidade a arquivos (vivos e documentais) da referida cidade para o desenvolvimento estratégico, em curso, de reparação moral e material às vítimas. Além disso, faz exercício de refutação à história cristalizada por narrativas hegemônicas que, progressivamente, se monumentaliza no cotidiano e, sobretudo, nas escolas da região.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; história oral; Amazônia Oriental.

ABSTRACT

The article presents and analyzes reminiscences of violence imposed by the Brazilian military dictatorship (1964-1985) in the municipality of Brejo Grande do Araguaia/Pará. Methodologically, interdisciplinary bibliographic reviews were carried out, with emphasis on studies of memory and territory, as well as interviews, under mainly ethical guidelines, of Oral History. The research, under the stimulus of “memory policies”, gave visibility to archives (living and documentary) of the referred city, for the strategic development of moral and material reparation to the victims as well as refutes the crystallized history that is monumentalized, step by step wide, in the schools of the region.

Keywords: Guerrilha do Araguaia; oral history; Eastern Amazon.

* Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Professora da rede municipal de Brejo Grande do Araguaia. E-mail: monica.a.vasconcelos@hotmail.com

** Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor da Faculdade de Educação do Campo e do programa de pós graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. E-mail: hiranpossas@unifesspa.edu.br

RESUMEN

El artículo presenta y analiza reminiscencias de la violencia impuesta por la dictadura militar brasileña (1964-1985) en la Amazonía oriental, limitada al municipio de Brejo Grande do Araguaia/Pará. Teórico-metodológicamente, se realizaron revisiones de aportes interdisciplinarios, con énfasis en estudios de memoria, Estado brasileño, dinámicas socioculturales de la Amazonía y del territorio, además de entrevistas semiestructuradas y dialógicas, bajo lineamientos principalmente éticos, de Historia Oral. La investigación, bajo el estímulo de políticas justas de memoria, dio visibilidad a los archivos (vivos y documentales) de esa ciudad para el continuo desarrollo estratégico de la reparación moral y material de las víctimas. Además, emprende un ejercicio de refutación de la historia cristalizada por narrativas hegemónicas que, progresivamente, se vuelve monumental en la vida cotidiana y, sobre todo, en las escuelas de la región.

Palabras-chave: Guerrilha do Araguaia; historia oral; Amazonía Oriental.

INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia foi o maior movimento da luta armada no Brasil. Foi um conflito, entre o exército e os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), travado nas matas da região Araguaia, iniciado em 1966, quando se deu a chegada dos primeiros militantes à região. A “guerra” silenciosa mobilizou milhares de soldados do Exército e da Aeronáutica, em três campanhas até a liquidação dos últimos guerrilheiros, no final de 1973 e início de 1974. Eram por volta de 64 militantes da Ação Nacional de Libertação (ALN), um movimento crítico à ditadura militar que, pelas guerrilhas, buscava a libertação nacional sob a revolução socialista. Sonho marcado, sobretudo, pelo testemunho da violência, da ocultação de fatos e cadáveres e da tortura aos revolucionários e à população local.

O que se disputava não era tão somente uma luta entre militantes e militares; havia um pano de fundo que escondia o objetivo maior: interesses capitalistas estavam em jogo sobre a Amazônia. A partir de 1964, nos governos militares, foi posto em prática um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, a fim de inserir a região no mercado nacional e internacional¹.

O fato é que houve uma estratégia traçada durante a ditadura militar (1964-1985) para o convencimento da nação sobre a necessidade de dinamizar a economia amazônica, por isso o discurso da integração ou da incorporação dos ditos mais selvagens e primitivos aos supostos

¹ LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071> Acesso em: 10 out. 2021.

benefícios da industrialização sob discurso de facilitação das transações comerciais. Viés autoritário em nome do desenvolvimento do Brasil.

Apesar disso, falar sobre a Guerrilha do Araguaia é, de certo modo, contar uma história suspensa no tempo, mas precisando ser lembrada sempre. Hoje, sabe-se que há compreensão sobre a Guerrilha, por livros ou internet, mas nada substitui as experiências dos moradores locais. Além desse fator, essas reminiscências passam por estratégicos filtros, que formulam e distorcem os fatos.

Apesar dos anos, a Guerrilha do Araguaia não se transformou em um fato distante dos moradores de Brejo Grande do Araguaia. Há, inclusive, quem conviva com essas memórias, seja em casa, no seio da família ou em outros espaços. Muitas pessoas que vivenciaram esse momento ainda estão vivas, enquanto gerações mais jovens ainda desconhecem versões das vítimas desse evento. O município de Brejo Grande do Araguaia² foi impactado com perdas e danos. Os moradores locais foram afetados psicologicamente, física e financeiramente pelas múltiplas violências práticas³.

Os migrantes que ocupavam essa região, desde as décadas de 1950, vinham do Maranhão, de Goiás e de Minas Gerais. O acesso se dava pelo rio Araguaia, sendo o restante do percurso a pé, pela mata, ou montado em animais, em percurso de 25 km. Entre os principais fatores relacionados à constituição do território, destacam-se: terra, água, garimpo, floresta e trabalho.

Para que esse processo de migração ocorresse com crescimento considerável, houve vários fatores, entre eles, a descoberta do garimpo de diamante, ainda na década de 1960 em Itamerim, um pequeno vilarejo. Nessa época, essa região estava em constante movimento, sendo comum o fluxo de pessoas circulando, principalmente vindo de diversas partes do país: homens e mulheres fugindo da seca no Nordeste chegavam aqui para trabalhar em fazendas, por trabalho escravo, por menos de um salário-mínimo, a maioria sem escolaridade.⁴

2 Brejo Grande do Araguaia originou-se do desmembramento de São João do Araguaia, que surgiu na década de 1950, pela Lei nº 5.448, de 10 de maio de 1988, sancionada pelo governador Hélio Mota Gueiros, com área desmembrada do município de São João do Araguaia. Sua população estimada em 2021 era de 7.357 pessoas. O nome de Brejo Grande do Araguaia é uma homenagem ao igarapé local (IBGE, [20--]).

3 Os relatos demonstram que o governo não deu assistência necessária aos camponeses prejudicados com a ação repressiva do exército. Além da dureza que foram tratados, alguns sofreram com a destruição de suas plantações e com a desterritorialização. A destruição desses elementos consistiu numa estratégia sistemática para desterritorializar o campesinato da região e deixar livre o terreno para a livre expansão do latifúndio. Cf. REIS, N. *Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no Sudeste do Pará - Amazônia Oriental*. 2021. 372 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

4 VASCONCELOS, M. *Memórias do Araguaia: problematizando o ensino sobre a guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA*. 2018. 108 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade Federal do sul e sudeste do Pará, Marabá, 2018.

Campos Filho⁵ reforça que a Guerrilha do Araguaia deixou heranças que se perpetuam pela geração de violências que caracterizaram a região. Segundo esse pesquisador, trata-se de um “temor obsessivo da possível reorganização do Movimento Guerrilheiro”. Tanto que toda a região passou a ser monitorada e vigiada pelo exército, uma maneira de ter, com sua presença, o poder e o controle da região.

A região de Brejo Grande do Araguaia sofreu impactos estruturais e sociopolíticos da Guerrilha do Araguaia. A cidade foi remodelada com a criação das estradas operacionais, a construção da Transamazônica e as políticas fundiárias duvidosas (grilagem de terras).⁶

VOZES DA GUERRILHA

O artigo apoia-se, em seus aspectos teórico metodológicos, na história oral. Para esse fim, foram analisadas entrevistas realizadas nos entornos da cidade de Brejo Grande do Araguaia-Pará. Os entrevistados vivenciaram a guerrilha e se dispuseram a narrar suas histórias. Como instrumento de acesso a essas vivências, utilizaram-se gravador e caderno de campo.

É interessante analisar que a Guerrilha do Araguaia deixou marcas que, apesar do tempo, ainda estão presentes, nas memórias daqueles que vivenciaram seus eventos. São considerados rastros e vestígios: a Casa Azul, os quartéis, a Base Cabo Rosa, as delegacias e as estradas chamadas de Operação (OP) I, II e III, que, por si, são vestígios da dimensão do evento. Foram construídas a OP II ligando a Transamazônica ao município de São Geraldo. Atravessando o rio Araguaia, na outra margem dele, está Xambioá, município do Tocantins. Essa cidade está próxima à de Araguaína⁷.

Rastro, enquanto metáfora da memória, como elucida Jeanne Marie Gagnebin⁸, é uma marca. Quem deixa rastros não o faz com a finalidade de transmitir uma significação, pelo contrário, segundo Gagnebin⁹, “é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade”.

Por essa reflexão, o sumiço dos corpos dos Guerrilheiros foi uma tentativa de manipular e esconder as verdades e as atrocidades cometidas pelo exército brasileiro demandadas pelo gover-

5 CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003. p. 13.

6 VASCONCELOS, 2018.

7 CAMPOS FILHO, 2003.

8 GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-posições*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 125-133, 2016.

9 GAGNEBIN, 2016, p. 113.

no. Para Gagnebin¹⁰, isso reflete “mensagem relacionada às intenções, às convicções, aos desejos do seu autor, o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança”.

Contrariando as diversas tentativas de se negar os fatos, os rastros são crimes de violência e violação dos direitos humanos. As pessoas que vivenciaram esse acontecimento sofreram, ao longo dos anos, uma espécie de repressão. Foram tentativas de apagamento, ou como afirma Gagnebin, “início à destruição dos rastros da própria destruição”¹¹.

Fato é que as memórias não se apagam, embora haja possibilidade de abafá-las. E poder fazer a escuta dessas narrativas contraria os algozes que sempre insistiram em apagar os rastros e marcas dos fatos, numa tentativa de eliminação de provas que possivelmente os condenaria. Pollak¹² compreende “a sobrevivência, durante dezenas de anos de lembranças traumatizantes, [como] lembranças que esperam o momento propício para serem expressas”.

É perceptível uma disputa pela memória em relação à Guerrilha do Araguaia: mecanismos de negação e esquecimento. Uma tentativa de dominar as memórias, até mesmo as subterrâneas, provocando o soterramento para que sejam esquecidas. Sobre isso, os ex-guias entrevistados, Andrade e Oliveira, confirmam os silenciamentos praticados ou em prática.

Pollak¹³, sobre memórias, silêncios e traumas, afirma que “essas lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”.

É justificável o silêncio na Guerrilha do Araguaia, pois suas vítimas evocam justificativas para se calar: julgando proibidas, indizíveis ou vergonhosas. O indizível se mescla à culpa e torna-se concretude na vida daqueles que contribuíram com o exército na captura dos guerrilheiros.

As pessoas sentem muitos receios, medos e revoltas. O enquadramento da memória torna-se, assim, um artifício para modificar as versões e, conseqüentemente, a história.

Sobre memória, sobretudo àquela em disputa, Pollak¹⁴ afirma:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional [...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos

10 GAGNEBIN, 2016.

11 GAGNEBIN, 2016, p. 130.

12 POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 3.

13 POLLAK, 1989, p. 8.

14 POLLAK, 1989, p. 2.

de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.

Pollak¹⁵ chama de memória oficial àquela dominante. Prevaecem relatos e versões militares sobre as narrativas das testemunhas. Esse reconhecimento é fundamental para a realização de escutas, como as promovidas pela Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATGA) e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o intuito de reconhecê-las como testemunhas e, conseqüentemente, reparar financeiramente os danos às pessoas impactadas.

Adiante, trazemos vestígios de memórias, rastros de dor e violência contadas por quem teve uma vida transformada injustamente por um episódio da história brasileira que impactou toda uma região. É importante destacar que essas memórias de dor ficaram por muito tempo soterradas. Não por escolha, mas por medo, visto que não havia espaços seguros para externar essas vivências.

Segundo Seligmann-Silva¹⁶, essa circunstância particular do narrador transita entre a necessidade e a impossibilidade de rememorar o trauma.

A próxima seção pretende apresentar narrativas realizadas em pesquisa de campo, analisadas de forma mais detalhada. Os nomes reais dos narradores serão omitidos, resguardando questões éticas e de segurança.

“Pisar no fogo duas vezes”

O relato registra as memórias de uma mulher negra, esposa de um camponês negro que foi prisioneiro do exército e obrigado a ser guia militar, sendo torturado por diversas vezes no período da Guerrilha. O que se observa, nas memórias da narradora Dias, são as marcas do trauma, do medo e da indignação por tudo que vivenciou.

Dias¹⁷ é natural do estado do Maranhão, chegou na região de Brejo Grande do Araguaia por volta de 1965 com seus pais e oito irmãos mais jovens. Conheceu seu esposo, que também era natural do Maranhão, em 1966, na época com 19 anos, e o seu esposo, 40 anos. Juntos, tiveram nove filhos e, desde então, sempre residiram em Brejo Grande do Araguaia, na rodovia OP-3.

As suas memórias são de sofrimento e também de muita indignação. É a voz de quem teve a vida e os sonhos interrompidos por causa de um conflito jamais imaginado em sua vida.

15 POLLAK, 1989.

16 SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 30, p. 71-98, 2005.

17 DIAS, M. S. Entrevista concedida a Janailson Macêdo Luiz e Mônica de Almeida Vasconcelos. Brejo Grande do Araguaia, 22 jul. 2017.

Quando indagada sobre a Guerrilha do Araguaia, Dias¹⁸ afirma que: “falar sobre a Guerrilha é pisar no fogo duas vezes”.

As suas memórias são tão dolorosas que suas narrativas parecem vivenciar as mesmas dores experimentadas. Quando a narradora fala sobre a sua experiência, o seu olhar se distrai, viaja no tempo. A memória nesse momento incomoda, causa tristeza, existe a raiva e também a vergonha de relatar os tipos de constrangimentos e a violência que seu esposo foi envolvido. Segundo Dias: “moço, nesse tempo foi o que eu mais sofri na minha vida, foi nesse tempo, é uma coisa assim que eu não gosto nem de lembrar, que é pisar no fogo duas vezes”¹⁹.

Com o início do conflito, tudo foi destruído: seus sonhos em dar uma vida mais digna aos filhos foram suspensos violentamente em razão da deflagração da Guerrilha e da perseguição aos guerrilheiros. Os militares destruíram tudo o que a família vinha construindo.

Sobre isso, é possível evidenciar certas similitudes com as reflexões de Mbembe²⁰. O autor evidencia a falta de status político às vítimas, pois são as que mais sofrem tamanha violência e vulnerabilidade social.

Tal fato se confirmou quando houve algumas reparações financeiras, por parte do governo federal, para camponeses e indígenas, mas que foram insuficientes na abrangência da maioria dos vitimados. As políticas públicas eram escassas na região Araguaia: um mecanismo de poder funcionando para que as pessoas afetadas pela guerrilha continuassem desestabilizadas.

É possível compreender a dimensão dessa violência na descrição de Dias²¹, quando esboça as consequências dos atos violentos sofridos durante a guerrilha, que desencadeou tantas outras formas de violência, inclusive a intensificação da sua pobreza e também a pobreza da região.

Eu sentia raiva do sofrimento que eu passava, Mônica, eu passava muita fome, ainda perdi dois filhos depois que acabou a guerrilha, porque, quando terminou, nós não tínhamos nada pra comer. [...] Eu com 6 meses, eu passava o dia todinho no mato com minha menina de 6 meses de nascida no mato, Mônica, quebrando coco com ela no mato pra eu poder sobreviver, porque não tinha outra solução.

Como se nota na fala da narradora, seu relato é de fome e solidão. Uma vida toda buscando entender o que esses quatro a cinco anos de guerrilha deixaram em sua vida.

Sobre a violência que seu esposo sofreu, Dias²² declarou:

Ele disse que foram pendurados de cabeça pra baixo dentro desse buraco. Moço, eu nunca vi, tem hora que eu penso assim, tem gente que só morre mesmo na hora, por-

18 DIAS, 2017.

19 DIAS, 2017.

20 MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

21 DIAS, 2017.

22 DIAS, 2017.

que o que o meu marido passou, só Deus mesmo pra ter a misericórdia, ele sofreu demais, sofreu demais da conta. [...], mas quando eles pegaram meu esposo, a segunda vez, a terceira vez, a primeira ele foi massacrado e a segunda ainda foi pior. Mas aí quando eles vieram foi quando eles tiveram certeza que ele não era quem eles pensavam, eles já tinham judiado muito dele.

É importante frisar, mais uma vez, que, durante a guerrilha, o Estado brasileiro, em governo ditatorial militar, contratou técnicos especialistas em tortura para aprimorar as técnicas da violência no combate à antiguerrilha, o que, logicamente, militares, forças armadas, exército e polícia militar utilizaram para violentar e impedir que as pessoas aderissem ou fossem simpáticas à guerrilha. Segundo Nascimento²³, houve o apoio do Gabinete Militar da Presidência da República, sob a supervisão e ordem direta do presidente general Emílio Garrastazu Médici. De acordo com o autor, ocorreu violação de direitos humanos, tendo sido rompido os tratos estabelecidos de situações e violências permitidas.

Inclusive, após as sessões de tortura e interrogatório, o marido da entrevistada foi obrigado a trabalhar para o exército na mata. Segundo Dias²⁴, “todos eles foram obrigados, nenhum deles foi assim, por livre e espontânea vontade, todo mundo foi obrigado”, referindo-se ao esposo e aos que foram forçosamente assujeitados a se tornarem guias.

Para Zizek²⁵, as representações simbólicas da violência cumprem a função precípua de “dissimular o impacto do trauma por meio de uma aparência simbólica”. Dado que há uma naturalização da violência alastrando-se, sem controle, como mecanismo para manutenção do poder:

Se você não se submete ao Estado e a ordem que ele representa, você não é uma pessoa, é uma entidade mística e nebulosa, um bárbaro, um vândalo, um criminoso. Ainda que o Estado de direito prescreve que mesmo ele tem direito ao devido processo legal, não ser preso sem mandado, não sofrer tratamento degradante, como não é uma “pessoa”, mas um elemento, a consciência imediata de boa parte da população e a quase totalidade dos aparelhos de repressão fecha a série simbólica com a naturalização da violência desfechada contra ele.²⁶

Quando questionada sobre o que sentia em relação a tudo que aconteceu durante a Guerrilha do Araguaia, Dias²⁷ demonstrou revolta e raiva, sentimentos decorrentes não somente pelo que passou naquele momento, mas em consequência do que aconteceu e do que não aconteceu depois disso em sua vida: o que “não merecia” e nunca mais foi a mesma.

Assim, eu me sentia muito arrasada, e me sentia com muito ódio, eu tinha muita raiva, não vou te enganar não, aquilo que a gente sente. Uma coisa que eu tinha muita raiva

23 NASCIMENTO, D. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares a Amazônia*. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

24 DIAS, 2017.

25 ŽIŽEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 145.

26 ŽIŽEK, 2014, p. 145.

27 DIAS, 2017.

era do exército, sabia? [...] Me sentia muito mal, porque, quando você faz uma coisa que a pessoa te pisa no teu pé, tu fica contrariado, mas tu sabe que caçou meio dele pisar no teu pé, mas quando pisam no teu pé sem motivo nenhum, porque o sofrimento que nós, eu e meu marido nós não devia, foi uma coisa que a gente passamos sem merecer, porque nós não sabia da onde era aquele povo, nós não sabia quem era nem quem não era, nem o que eles andavam atrás, ou do que não andava. [...] Pois é, eu me sentia assim, não me sentia bem, não, até hoje eu não me sinto muito bem, porque se eu acho que não fosse isso, meu esposo ter sido tão torturado como ele foi, talvez ele ainda existisse²⁸.

Pollak²⁹ problematiza essas memórias que são, de certa forma, obrigadas a se enquadrarem. Essas memórias trazem, ao longo dos anos, demasiada carga de angústia e vergonha e tendem a se estender para outros ressentimentos:

Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência³⁰.

Diante da narrativa, fica a sensação de injustiça. Dias³¹ tem uma vida inteira atravessada por uma história que não escolheu viver ou estar presente. A história da ditadura militar deixou marcas, rastros, traumas e memórias perturbadoras a toda uma geração

Por outro lado, é preciso considerar que narrar sobre o ocorrido, principalmente depois de anos no silêncio, é exercer um ato político marcando a identidade dos grupos que sofreram tamanha violência, inclusive, é a oportunidade de reivindicação e de reparação pelo Estado dos seus direitos enquanto cidadãos. O que é comum nos relatos, para além das memórias de dor, é a indignação e o desejo de que o Estado faça sua parte, reparando financeiramente as vítimas.

“Não foi eu que inventei guerra não”. / “Sigilo do exército só é eles que sabe”. “Eu não abro o bico pra ninguém”. “O pessoal tá cassando osso”

Oliveira³² nasceu em Grajaú no Maranhão e, antes de se instalar em Brejo Grande do Araguaia, já havia percorrido algumas fazendas na região trabalhando como peão. Conforme Loureiro e Pinto³³ abordam sobre a questão fundiária na Amazônia, é interessante analisar a migração como consequência da propaganda do governo federal, na década de 1960, realizada

28 DIAS, 2017.

29 POLLAK, 1989, p. 6.

30 POLLAK, 1989, p. 6.

31 DIAS, 2017.

32 OLIVEIRA, R. T. Entrevista concedida a Mônica de A. Vasconcelos. Vila do Carmo, Município de São João do Araguaia, 13 out. 2017.

33 LOUREIRO; PINTO, 2005.

pelos governos militares, que oferecia um modelo de desenvolvimento para a Amazônia como forma de atender aos interesses do mercado nacional e internacional.

Oliveira migrou para essa região do Pará atraído pela oportunidade de trabalho em fazendas que estavam se desenvolvendo e também com a pretensão de ter a sua própria terra.

Sobre esse período, Reis³⁴ afirma que:

Ocorreu aumento populacional e surgimento de povoados e vilas devido à intensificação da migração para a região em busca de trabalho, motivada pela propaganda do governo. Muitos migrantes conformaram a categoria dos peões que foram arregimentados para derrubada e queima das matas para formação de pastos nas fazendas.

Oliveira conta que foi convocado a trabalhar para o exército, porque conhecia geograficamente bem a região, sabia andar na mata e tinha habilidade com armas, pois, segundo ele, gostava de caçar. Não havia alternativa, ou se entregava e seguia os militares, ou sofria as consequências das represálias, por isso, decidiu seguir as ordens impostas. É preciso destacar que o envolvimento com os militares foi forçado, dada a obrigação de contribuir com as buscas a guerrilheiros e guerrilheiras. Oliveira foi chamado a trabalhar como guia do exército e teve que abandonar a família, sua roça e a criação de gado:

Aí abandonei os meus filhos e tudo que tinha, ali foi se acabando tudo, roça acabou, porque a gente vivia de roça mesmo, eu perdi uma roça de arroz muito grande, total mesmo, que ainda hoje eu me lembro. Pisava assim, dentro dela assim, era cortando os cachos de arroz com a botina assim, se perdeu total, por causa deles [exército] não podia trabalhar e nem ninguém podia sair de casa, então foi uma vida apertada. Não fui preso, mas só de andar no mato naquelas serras e na frente, só vai a gente, eles [exército] vem, mas, é atrás, na boca do canhão³⁵.

Oliveira³⁶ não revela tudo que sabe; faz mistério; conduz sua narrativa de forma muito contida; não se coloca na situação quando algo pode lhe comprometer. Da mesma forma, omite e esconde suas práticas, guardando muitos segredos dos oficiais do exército. E isso o faz ser, em certo sentido, refém do passado, pois guarda e zela memórias que o perturbam. Além disso, depois da guerrilha, ele trabalhou em missão na busca por guerrilheiros sobreviventes e como segurança do Curió³⁷, no garimpo de Serra Pelada, convivendo, posteriormente, com os militares, sendo considerado pessoa da confiança deles. Pouco diz; é cauteloso; recorre sempre à expressão: “*eu não vi, só ouviu contar*”.

34 REIS, 2021, p. 46.

35 OLIVEIRA, 2017.

36 OLIVEIRA, 2017.

37 Sebastião Curió Rodrigues de Moura (São Sebastião do Paraíso, 15 de dezembro de 1934 – Brasília, 17 de agosto de 2022), o major Curió foi um militar destacado para o sul da Amazônia para combater o movimento armado da Guerrilha do Araguaia nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, com destaque no funcionamento da "Casa Azul", centro clandestino do aparato repressivo localizado em Marabá, responsável por torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres.

É perceptível que ele e os demais guias detinham poder. Alguns guias, após a guerrilha, tornaram-se autoridades na cidade. O poder que eles emanavam se estendeu durante a gerência do major Curió em Serra Pelada. Os ex-guias entrevistados trabalharam como garimpeiros, assim como na segurança do garimpo. Eram o ponto de apoio de generais e militares, recebendo constantes visitas e doações de mantimentos, remédios e armas.

Oliveira³⁸ compreende o perigo constante das vítimas: “negócio de morte, de gente que morreu, eu não sei contar, não. Já vieram dois procuradores da república aqui, muita gente me procura... dou conta não, chefe, eu não sei! Sigilo do exército só é eles que sabe. Eu não abro o bico pra ninguém”. Questionado sobre as formas de violência que presenciou, ele pondera:

Não! Eu nunca participei, porque eu tava junto com as forças armadas, mas, no começo ninguém sabia nem o que tava fazendo, porque eles [militares] não contavam, porque era aquela guerra e nem... a gente não sabia, tava andando a voluntário aí... depois foi que a gente começou a entrar mais em contato, aquele povo [militares] depositou uma confiança na gente, aí vinha aqueles coronel como o Paulo Sérgio e outros mais, e conversava muito com a gente, aí explicava as coisas como era, aí a gente pegou aquela base mais.³⁹

Fruto da ditadura, a Guerrilha do Araguaia é marcada pela violência do Estado e do movimento. Consoante Žižek⁴⁰, “é necessário historicizar minuciosamente a noção de violência objetiva, que assumiu uma nova forma com o capitalismo”, grande precursor de violências sob a lógica de dominação e lucro.

Durante a Guerrilha do Araguaia, as operações eram sigilosas. Num primeiro momento, nem para os guias ou recrutas eram divulgados os motivos das perseguições. Tudo era planejado em segredo. Oliveira⁴¹ foi um dos guias mais próximos dos militares, porém se coloca desinformado sobre algumas situações, como a chamada “operação limpeza”.

Oliveira: Não! E aí, foi muitos que disse onde era que tinha gente enterrado, justamente acharam os buracos, cavaram e não acharam ninguém. [expressão de riso]

Entrevistadora: Isso aí o cara enterra quando sai todo mundo, vão lá e tiram.

Oliveira: Eles vieram uma época que terminou a guerrilha, veio uma equipe do exército muito conhecido, falou comigo “nós temos um trabalho aí”. Mas também não disseram o que era, mas, estavam arrancando os cadáveres, arrancaram, entupiram e ficou do mesmo jeito.

Sempre, ao final de alguma declaração, o entrevistado diz “não sei”. Essa afirmação, embora simples, diz muito. Para Orlandi⁴², “todo o processo de significação das coisas do mundo,

38 OLIVEIRA, 2017.

39 OLIVEIRA, 2017.

40 ŽIŽEK, 2014, p. 30.

41 OLIVEIRA, 2017.

42 ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 47-48.

realizado pelo ser humano, se dá por meio da linguagem”. No entanto, é preciso compreender que, no silêncio, também existe um discurso a ser compreendido, e que, portanto, “é o silêncio que preside essa possibilidade, porque quanto mais falta, mais possibilidade de sentidos existe”.

O silêncio foi um obstáculo para que a história da guerrilha viesse à tona e, assim, muitos crimes ficaram impunes. A “operação limpeza”⁴³ foi uma tentativa de apagar as provas dos crimes e os vestígios mortais tombados durante a guerrilha. Corpos foram desenterrados e transportados para outro local e incendiados. Há relatos de documentos oficiais também queimados junto aos corpos dos guerrilheiros.

Conforme Silva⁴⁴, “todos os indícios da guerra foram destruídos ao final da mesma, inclusive a exumação de alguns corpos de guerrilheiros que foram transportados para a Serra das Andorinhas⁴⁵ e lá queimados com o uso de pneus e gasolina”.

Apagar os vestígios foi uma ação pensada na busca de se tentar negar os crimes cometidos; no entanto, não se apagam as memórias. No relato de Oliveira⁴⁶, fica evidente que a operação limpeza realmente aconteceu e quais eram as suas pretensões. Segundo ele: “pois é, eu falei pra eles, ‘o pessoal tá cassando osso’. O coronel falou assim: ‘vai achar é osso de vaca’ [risos] ia achar era osso de vaca [risos]”. O entrevistado tem muitas informações a esclarecer, no entanto, seu silêncio resguarda memórias comprometedoras.

“Essa história de guerrilha eu nem gostaria de contar porque isso é uma tristeza pra gente, que nós passamos, eu não gosto nem de falar nessas coisas”

O povo indígena Aikewara foi forçosamente envolvido na Guerrilha do Araguaia, sendo obrigado a contribuir nas buscas aos guerrilheiros, tendo sofrido violências e humilhações por parte dos militares.

Temas que tratam sobre os indígenas e a ditadura militar são pouco explorados por parte dos historiadores, pesquisadores e repórteres, uma tendência em ignorar, subestimar ou diminuir a participação indígena na Guerrilha do Araguaia. Os Suruí-Aikewara⁴⁷ foram fundamentais durante as campanhas de abatimento dos guerrilheiros. Em seu território, foi montada

43 Expressão popular e usada pelos moradores da região.

44 SILVA, W. S. *Livros em Guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)*. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. p. 93.

45 O Parque Estadual Serra dos Martírios, também conhecido como Andorinhas (PESAM), localiza-se em São Geraldo do Araguaia, no Sudeste do Pará.

46 OLIVEIRA, 2017.

47 O povo indígena vive na Terra Indígena (TI) Sororó, no Sudeste do Pará, sob jurisdição dos municípios de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Marabá. É falada a língua Aikewara, da família linguística Tupi-Guarani. No período da Guerrilha do Araguaia, os suruí estavam em recente contato com a sociedade não indígena.

uma base militar. Esse povo foi forçado a ser guia dos militares na mata. É o que afirma a pesquisadora Iolanda de Araújo Mendes⁴⁸:

Ao longo desse trabalho buscamos analisar como a historiografia vai relatando esse acontecimento e como os grupos vão surgindo, como protagonista, de década em década. De 1980 até 2000 muito se falou sobre a Guerrilha do Araguaia e várias vertentes foram sendo apresentadas, por jornalistas, linguistas, antropólogos, geógrafos e por historiadores, cada um com seu objeto de estudo, onde o desinteresse pelo indígena é significante.

Conforme relatos, o exército aterrorizou as aldeias, fazendo de mulheres, crianças, jovens e idosos seus prisioneiros, mantendo-os isolados em suas casas sem poder realizar suas atividades, como caçar, pescar e realizar sua colheita. Em virtude dessas restrições, passaram muita fome.

No dia 15 de agosto de 2022, fomos apresentados a quem chamaremos de Suruí, indígena contemporâneo da Guerrilha do Araguaia. Suruí⁴⁹ conta que tinha por volta de uns 21 anos de idade, era solteiro e vivia com o pai, madrasta, irmãos e mais umas 20 pessoas numa mesma casa dentro da mata. Fala fluentemente português e diz que o convívio com os brancos facilitou para que ele aprendesse a língua. No início da nossa conversa, pedimos que ele contasse como foi sua infância, como era o trabalho e a vida na aldeia. Ele relatou que antigamente tudo era mais difícil e que hoje está tudo muito diferente:

Por dentro da mata mesmo, e hoje não, hoje tem estrada por todo lado pra rodar, antes era só mata virgem mesmo, levava mais de três dias, quatro dias pra pessoa sair assim pro lugar, vamos dizer assim, São Geraldo, Xambioá, Conceição do Araguaia, esses lugares assim, e era a pé mesmo, tinha uns que ia a pé, montado num cavalo. Mas, hoje não, hoje tá mais fácil. E essa Amazônia aí era tudo fechado mesmo de mata mesmo, antes era por dentro da mata mesmo, sem ninguém, sem abertura nenhuma pra conversar com a pessoa. Aí não dava pra chegar no dia, às vezes os viajantes dormiam dentro da mata mesmo acampava lá e deixava o animal amarrado lá e no outro dia ele ia embora de novo, era assim. Agora não, hoje tá tudo fácil⁵⁰.

Quando perguntado sobre a Guerrilha do Araguaia, o tom da voz de Suruí muda: “Rapaz, essa história de guerrilha eu nem gostaria de contar, porque isso é uma tristeza pra gente, que nós passemos, eu não gosto nem de falar nessas coisas, mas eu tenho que falar, né? Eu não tô ganhando nada dessas coisas, o risco que nós levamos é uma tristeza”⁵¹.

48 MENDES, I. A. “*Não somos decepadores de cabeças*”: a Guerrilha do Araguaia e a participação Suruí/Aikewara. 2019. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara, 2019. p. 14. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/887> Acesso em: 25 out. 2021.

49 SURUÍ, T. Entrevista concedida a Mônica de A. Vasconcelos. Aldeia indígena Aikewara, 15 ago. 2022.

50 SURUÍ, 2022.

51 SURUÍ, 2022.

A experiência que viveu com seu pai e, em outros momentos, com seu melhor amigo, já falecido, foi traumática. Eles foram obrigados a ser uma espécie de “escudo humano”⁵². Atravessaram a mata incontáveis vezes; enfrentaram perigos; passaram fome e sede:

A primeira vez que vieram por aqui [militares] pelo rumo de São Domingos, que tem um lugar aí que chama de São Domingos, ninguém sabia de nada, aí eles [militares] pegaram a gente de surpresa assim, à noite, e ninguém tava sabendo quem era essa pessoa. Cercaram assim a aldeia, era pouca, a aldeia era assim vamos dizer assim, vamos supor assim, como esse colégio aqui, uma casa pequena, redonda. Aí os militares chegaram lá e cercaram lá a aldeia, e disse pra gente não sair, nem correr que eles atiram na gente. Aí nós não sabíamos nem quem era essa pessoa, aí eles respondiam mal pra gente, dizendo que “não carece saber quem nós somos, só não quero que vocês correm não”⁵³.

Sob vigilância, todas as ações dos Suruí-Aikewara foram controladas. Nada poderia ser realizado sem o consentimento dos militares.

Entrevistadora: Então, nesse período, vocês foram proibidos de saírem até de casa?

Suruí: Tudo, proibiram tudo

Entrevistadora: Morreu alguém naquele período?

Suruí: Não morreu, não, mas foi assim, morreram, assim, de doença mesmo, gripe braba, febre braba. Morreu de fome porque não tinha, quando tá doente, né, tem que se alimentar, né, e não tinha, porque o militar proibiu de tudo. Nós não soubemos fazer as coisas, não, porque eles proibiram tudo, caçada, trabalho, tudo, nem pra andar assim pra dentro da mata pra fazer as necessidades pra lá não deixava não, “não, pode fazer bem aí” [fala do militar], eles falavam pra gente. A coisa foi muito feia demais, nós sofremos⁵⁴.

O relato traz as violentas imposições dos militares, privando os indígenas, inclusive, de fazer até mesmo as suas necessidades fisiológicas, determinando que fossem feitas dentro de casa, um verdadeiro abuso psicológico, uma violência desmedida.

E dentre estas possíveis lacunas emaranhadas na Guerrilha do Araguaia, a participação indígena sempre foi posta como uma questão em aberto, em especial a participação dos indígenas Suruí/Aikewara no embate entre guerrilheiros e militares. Na medida em que as fontes escritas foram por muito tempo centradas na documentação dos militares que registraram as informações, uma série de obstáculos cercearam seu arquivamento e disponibilização, chegando em alguns casos até mesmo a serem destruídas⁵⁵.

52 “Escudo humano” é um termo policial, militar e político que descreve a colocação deliberada de civis dentro ou ao redor de alvos em combate para deter um inimigo de atacar os alvos. Também pode se referir ao uso de civis para, literalmente, blindar combatentes ou policiais durante os ataques, forçando os civis a marcharem à frente dos soldados ou criminosos. Isso é feito na esperança de que a outra parte ficará relutante em atacá-los. Além disso, caso a outra parte ataque esses alvos de qualquer maneira, as vítimas civis resultantes têm valor propaganda. Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escudo_humano e GORDON, N.; PERUGINI, N. *Human shields: a history of people in the line of fire*. Berkeley: University of California Press, 2020.

53 SURUÍ, 2022.

54 SURUÍ, 2022.

55 MENDES, 2019, p. 11.

Na pesquisa de Campos Filho⁵⁶, há referência à ocupação da região e ao recrutamento dos “Suruí”:

[...] as tropas foram estabelecendo uma nova relação com o povo da região, ao mesmo tempo em que realizavam emboscadas nas estradas, grotas, roças e capoeiras. Ocuparam a aldeia dos índios Suruí, obrigando-os a servirem de guias. Espalharam bases militares por toda a região [...] várias picadas foram abertas na mata com o apoio de bate-paus; aviões e helicópteros passaram a bombardear locais suspeitos de serem refúgios de guerrilheiros. Era a Operação Manobrão, comandada pelos generais Viana Moog, Antonio Bandeira e Hugo Abreu.

No relatório da Comissão nacional da Verdade⁵⁷ também são observados relatos:

Por sua vez, os depoimentos dos *Aikewara* que compõem este relatório consistem em provas testemunhais relativas à violência de Estado praticada em toda a região e por eles sofridas diretamente. Todas as ações da guerrilha e da repressão desenvolveram-se exatamente no centro do território tradicional *Aikewara*, presença histórica que foi subestimada pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia. Por outro lado, o profundo conhecimento dos indígenas acerca do seu território tradicional foi sumariamente utilizado pelas forças repressivas devido ao seu despreparo e desconhecimento em relação ao ambiente de floresta amazônica desde a primeira campanha (abril de 1972), quando se verificou a ocupação ostensiva pelos militares de toda a região do “Bico do Papagaio.

O relatório menciona segmentos de órgãos de proteção aos indígenas em alinhamento com as ações militares na região:

O Posto da Funai foi instalado exatamente para que seus agentes intermediassem relações de força e imposição das ações repressivas. Por dois anos seguidos, de 1972 a 1974, recrutaram de modo compulsório praticamente todos os homens adultos da aldeia para servir de guias para os militares, na mata, para a “caça” aos guerrilheiros.⁵⁸

Suruí⁵⁹, em testemunho, dá contornos à agência violenta:

Aí, foi nessa época mesmo que acabou de chegar o pessoal da Funai aqui na aldeia, na época. Aí tava eu e o meu melhor amigo, que até já morreu, era o melhor amigo que eu tinha, eu perdi. Aí pegaram [exército] nós juntos, falaram pro pessoal da Funai que eles queriam que nós dois, eu e esse amigo meu que morreu, pra nós mostrasse o rumo pra eles lá, o caminho. Mas nós não sabíamos pra que era também não. Aí o pessoal da Funai mesmo falou pra eles assim “olha, eu vou deixá-los, liberar eles só pra apontar os caminhos pra vocês ir, lá vocês vão embora vocês”. Era bem mais de 20 tropas que andava aí na mata, aí nós fomos mostrar pra eles o caminho lá, era base de cinco horas da tarde aí nós fomos deixar.

A fala de Suruí⁶⁰ comprova que a Fundação Nacional dos Índios (Funai), durante a guerrilha, compactuou com o uso e recrutamento dos indígenas na caçada aos guerrilheiros, expondo assim os Suruí-Aikewara aos perigos de violência e morte.

56 CAMPOS FILHO, 2003, p. 119.

57 FERRAZ, I. *et al.* *O tempo da guerra: os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*. Relatório apresentado à Comissão Nacional da Verdade, Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html> Acesso em: 20 jun. 2021.

58 FERRAZ, 2014, p. 5.

59 SURUÍ, 2022.

60 SURUÍ, 2022.

A gente, assim, quase não entendia nada, não, mas daí fomos com eles à noite, arriscando tudo, sem lanterna, sem nada, na escuridão mesmo com eles, era mais de 20 pessoas atrás de nós, e nós na frente, arriscando tudo, levando uma varinha assim, batendo em vara em vara pra gente não errar a entrada, hê nós sofremos nesse dia, nós se espinhemo tudo, nós não tínhamos calçado, nós não tínhamos preparação de nada, nós não sabíamos pra que era.

Além de presenciarem a invasão violenta dos militares na aldeia, os Suruí-Aikewara assistiram de perto ao ataque contra sua condição de vida. Militares incendiaram barracos mantendo os alimentos armazenados: situação de calamidade.

Aí depois disso, já tava mais de 20 dias de novo, vieram de novo, voltaram pra aldeia com o avião de novo, aí até nesse dia, nós perdemos tudo, serviço que nós tínhamos, primeiro, voltando contando, nós perdemos tudo essas coisas por causa deles, chegaram com violência, tocaram fogo no mantimento que nós tínhamos assim pra sobreviver, né, coisa assim: farinha, as coisas de comer mesmo, milho, feijão, essas coisas tudo. Ainda nós estávamos fazendo ainda, farinha pra gente comer, né, aí não deixaram mais a gente fazer mais. Aí perdemos tudo, proibiram tudo de nós, tocaram fogo num paiou de arroz, tudo lá também, queimaram a casinha que a gente tinha, onde a gente trabalhava mais, aí nesse dia, né, nós ficamos sem saber porque era essas coisas que tavam fazendo⁶¹.

Sem compreender as razões de tanta violência, a invasão dos militares representava um ataque não só ao território indígena, mas aos seus modos de vida.

Nós já tava com quase 20 dias levando chuva no espinhaço e tudo, não tinha como esconder, andando na mata mesmo, não tinha abertura nenhuma, era matona mesmo. Mas eles tinha mais de 5 mil pessoas dentro aí, mais de 5 mil pessoas toda nessa região, era Marabá, São Domingos, São João do Araguaia, Apinajés, Brejo Grande, Palestina do Pará, essa região todinha aqui tava tudo cheia de militar aí, tinha gente demais, e os morador sofria demais, os moradores não sabia que que era isso, não, pegavam o sujeito e batiam muito nele, agogava com a corda assim, teve um que, rapaz, eu ficava olhando pra ele assim, mas não podia falar nada né, aí soltaram ele de novo, mas ficou doente e depois de muito tempo, acho que sentiu muita queixa do judiamento e não guentou mais e ficou doente e morreu⁶².

Ferraz e Calheiros⁶³ enfatizam o processo de vigilância que intimidava toda essa região, bem como as ameaças aos Suruí-Aikewara e camponeses. Ambos sofreram calados, mesmo depois de tantos anos após a guerrilha. Sempre houve a permanência de informantes das forças repressivas em toda a região. O relatório evidencia também os impactos da Guerrilha do Araguaia para os Suruí-Aikewara, destacando a violência sistêmica que afetou inclusive sua situação fundiária, através da criação das estradas operacionais, sendo a OP2, hoje chamada de BR-153, uma estrada que corta o território indígena e que causou muitos danos.

Aberta pelo Exército em 1972, a estrada cortou o território *Aikewara* trazendo consequências nefastas e progressivas, como roubos de madeiras e castanhas, diminuição da

61 SURUÍ, 2022.

62 SURUÍ, 2022.

63 FERRAZ, 2014, p. 49.

caça, invasões, assaltos, atropelamentos, incêndios criminosos, despejo de toda sorte de dejetos e cadáveres, contaminação do solo e dos cursos hídricos, ao lado do processo de desertificação que vem se verificando com a formação de pastagens em todo o entorno da Terra Indígena Sororó. Os *Aikewara* aguardam o reconhecimento pelo Estado das violações cometidas e a reparação tanto individual como coletiva pelos danos morais, materiais, culturais e territoriais sofridos, através de processos protocolados na Comissão de Anistia (MJ) em 2010 e acrescidos de novos subsídios em 2013⁶⁴.

Segundo relatos dos Suruí-Aikewara para a CNV, a guerrilha afetou seu território, alterando sua demarcação: partes de rios e castanhais ficaram fora dos limites da demarcação ocorrida em 1977. Portanto, ter a possibilidade de falarem, por si próprios, foi uma forma de esclarecer os fatos por suas próprias narrativas.

O que queria o governo militar em relação aos indígenas? Qual era o plano para esses povos? O plano era que eles não existissem. Para tanto, genocídios. Prática utilizada durante os 21 anos comandados pelos militares, em diversas partes do Brasil. Muitas aldeias localizadas na Amazônia foram afetadas, sofrendo com invasões e ataques, além das doenças que lhes eram acometidas, principalmente a partir do Plano de Integração Nacional (PIN), que fomentou a construção da Transamazônica, ocupando terras indígenas até então isoladas ou com pouco contato. Segundo o site Memorial da Democracia⁶⁵, estudos afirmam que a Transamazônica atravessou o território de 29 povos, o que gerou grandes impactos.

É possível refletir sobre muitas questões, entre elas o fato de que, assim como os camponeses representavam um empecilho aos projetos econômicos na região amazônica, do mesmo modo os indígenas também seriam. Assim, conforme Peixoto⁶⁶.

E depois, em virtude da guerrilha, o governo, movido pela doutrina da segurança nacional, pintou a região com a cor vermelha do comunismo. Averso ao movimento camponês e para promover um desenvolvimento que os excluía, decidiu ocupar a região com grandes fazendas de criação de gado. Então, sob a divisa segurança e desenvolvimento e empregando altissonantes enunciados, tais como “vamos inundar a Amazônia com civilização”, o governo pôs em marcha uma série de grandes projetos. Efetivamente muitas barbaridades foram cometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem mora na região Araguaia percebe como tudo à nossa volta nos remete a essa história. Principalmente quando se percorre as estradas da região, sabendo que seu entorno guarda tantas reminiscências da ditadura militar: Base Militar da Bacaba; Base de Selva Cabo

64 FERRAZ, 2014, p. 49.

65 GOVERNO inicia a Transamazônica. *Memorial da Democracia*, [20--]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-inicia-a-transamazonica> Acesso em: 6 jan. 2024.

66 PEIXOTO, R. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, p. 47-71, 2014. p. 48.

Rosa; 52º BIS; 23ª Brigada de Infantaria de Selva, Aldeia dos povos Suruí-Aikewara, Serra das Andorinha e todas as cidades da região Araguaia. Esses espaços remetem a um período de sofrimento, terror e medo dos que aqui viviam e que foram violentados, mas também dos sonhos e ambições dos guerrilheiros interrompidos barbaramente, assim como a dolorosa espera de seus familiares por notícias ao longo desses 50 anos.

Diante do que foi a Guerrilha do Araguaia e dos impactos na região, é estranho, porém previsível, não existir a devida atenção à Guerrilha. Hoje, é possível compreender que são estratégias que corroboram para a manutenção do poder. O Estado acaba desmobilizando esclarecimentos sobre o processo histórico de constituição territorial, desinformando, assim, pessoas e grupos sociais existentes. Um terreno propício para a implantação de grandes projetos visando à destruição do meio ambiente, deteriorando o nosso solo, desterritorializando os povos tradicionais e transformando tudo em *commodities*. Enquanto assistimos ao desenvolvimento predatório passar por nossas portas, sofremos com o descaso do Estado, com serviços públicos inoperantes e incapazes de atender à demanda social que existe.

No desenvolvimento desta pesquisa, foi possível refletir e realizar análises sobre a maleabilidade da memória para o resguardo da violência e da barbárie. Contenção de maiores insurgências de trabalhadores rurais, em ações de reivindicação de terra, uma forma de estabelecer controle e impedir reforma agrária justa na região.

A prática estimula o avanço da violência no sul e sudeste do Pará, visto que, mesmo após a ditadura militar, os índices de mortes e violência no campo se estenderam, ganhando proporções drásticas. Um cenário contraditório às promessas e propagandas oficiais incitando a migração e a ocupação das terras.

Em relação às narrativas, camponeses e indígenas, em questão, foram completamente abandonados, desassistidos e ignorados pelo Estado, com a negação do reconhecimento dos impactos físicos, psicológicos e financeiros dessas pessoas.

A Guerrilha do Araguaia foi uma disputa de um projeto de Estado e, nesse evento histórico, especificamente, houve uma disputa sangrenta, física e ideológica e de resultados longínquos. A pesquisa também não traz conclusões, pelo contrário, contribui para outros questionamentos, sobretudo sobre os limites da democracia liberal impedindo uma política justa de memória em região de fronteira⁶⁷.

67 Espaço-tempo, complexo e diverso, é marcado por disputas pelo atual uso do território. Cenário de conflitos e ameaças, principalmente no Sudeste do Pará, e suas problemáticas relacionadas a questões fundiárias, mineração e garimpo, agropecuária com todas as consequências socioambientais de empreendimentos consortes ao Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

Fontes

ANDRADE, J. V. Entrevista concedida a Mônica de A. Vasconcelos. Brejo Grande do Araguaia, 15 set. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

DIAS, M. S. Entrevista concedida a Janailson Macêdo Luiz e Mônica de Almeida Vasconcelos. Brejo Grande do Araguaia, 22 jul. 2017.

FERRAZ, I. *et al.* “O tempo da guerra” – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, maio 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%2000092_000950_2014_66.pdf Acesso em: 31 out. 2022.

GOVERNO inicia a Transamazônica. *Memorial da Democracia*, [20--]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-inicia-a-transamazonica> Acesso em: 6 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brejo Grande do Araguaia*, [20--]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brejo-grande-do-araguaia/historico> Acesso em: 6 jan. 2023.

OLIVEIRA, R. T. Entrevista concedida a Mônica de A. Vasconcelos. Vila do Carmo, Município de São João do Araguaia, 13 out. 2017.

SURUÍ, T. Entrevista concedida a Mônica de A. Vasconcelos. Aldeia indígena Aikewara, 15 ago. 2022.

Obras Gerais

CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

CORRÊA, C. H. S. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia*. 2013. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html> Acesso em: 20 jun. 2021.

GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-posições*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 125-133, 2016.

GORDON, N.; PERUGINI, N. *Human shields: a history of people in the line of fire*. Berkeley: University of California, 2020.

- LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 54, p 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071> Acesso em: 10 out. 2021.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENDES, I. A. “*Não somos decepadores de cabeças*”: a Guerrilha do Araguaia e a participação Suruí/Aikewara. 2019. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/887> Acesso em: 25 out. 2021.
- NASCIMENTO, D. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares da Amazônia*. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.
- PEIXOTO, R. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, p. 47-71, 2014.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, N. *Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia, Campesinato e Questão Agrária no Sudeste do Pará - Amazônia Oriental*. 2021. 372 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 30, p. 71-98, 2005.
- SILVA, W. S. *Livros em Guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)*. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- VASCONCELOS, M. *Memórias do Araguaia: problematizando o ensino sobre a guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA*. 2018. 108 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do sul e sudeste do Pará, Marabá, 2018.
- ŽIŽEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em: 31/05/2023 – Aprovado em: 21/08/2023